

# O Livro Verde do Sul



# O LIVRO VERDE DO SUL

Duas décadas de resgate ambiental da Região Sul

## 1. CONTEÚDO

### > CAPÍTULO I: Planeta Ameaçado

Na década de 60 a humanidade despertou para os problemas ambientais. A vida estava em perigo. Nos anos seguintes, a pressão de ambientalistas, consumidores e da legislação mudaria o mundo. Surgia um movimento ambientalista mais organizado e forte. Em 1972 a Conferência de Meio Ambiente da ONU em Estocolmo foi o marco inicial para o debate mundial sistematizado pelo tema.

Casos de degradação ambiental causados pela atividade industrial e agrotóxicos, agricultura não racional e exploração predatória de recursos naturais espalhavam-se pela região Sul do país. Rios ameaçados, com espumas tóxicas, cobertura vegetal desaparecendo e espécies de animais ameaçadas de extinção eram comuns, em um cenário de terror.

Entidades ambientais combativas, como Agapan, Apremavi e SPVS, começavam a surgir nos três estados do Sul. Governo federal, estados, municípios e entidades de classe e federações das indústrias criaram seus órgãos ambientais. Programas de despoluição começaram a ser executados na região. Descobriu-se que o que estava em jogo não eram os conflitos ambientais, mas o próprio futuro do planeta.

## > CAPÍTULO II: O Furacão Ambiental

A década de 90 começou como um furacão na vida das empresas brasileiras. A abertura abrupta da economia, os programas de privatização e a desregulamentação dos mercados expuseram a indústria nacional a uma competição muito intensa, às vezes desleal, quase irresponsável. Muitos empresários brasileiros sucumbiram. Outras empresas, porém, aderiram aos novos conceitos de reengenharia, produtividade e qualidade total. Mas as companhias também estavam às voltas com duras cobranças a respeito de suas condutas ambientais. Órgãos ambientais e as comunidades cobravam os enormes passivos à natureza.

As indústrias erguiam-se as primeiras estações de tratamento dos efluentes que voltavam para as águas dos rios. Mas a encrenca era maior: a quantidade de efluentes. As fábricas eram obsoletas. Para tratar um quilo de malha, as fábricas do catarinense Vale do Itajaí consumiam nada menos que 140 litros de água, mais que o dobro das concorrentes alemãs. Nessa água, muito dinheiro ia para o ralo em corantes, soda, amaciante etc. A soda cáustica da fábrica de celulose da Tedesco, em Santa Catarina, transformava-se em lixívia negra e junto com outros resíduos fabris causava grande mortalidade de peixes no Rio do Peixe. Não bastavam as estações de tratamento, era preciso modernizar todo o processo e no caso da Tedesco desmontar a fábrica e construir uma nova por US\$ 16 milhões.

Os investimentos ambientais exigiam investimentos milionários: desde 1987 a Embraco investia 2,5% de seu faturamento para criar um compressor sem o CFC, gás que ataca a camada de ozônio. Mas a combatividade de ONGs, multas de órgãos ambientais, protestos de comunidades, exigências de selos e certificados ambientais pelos importadores europeus e até queda de ações nas bolsas de valores criaram pressões enormes nas companhias. Com a Rio-92, Conferência da ONU no Rio de Janeiro, que reuniu mais de 150 chefes de Estado e inaugurou uma nova era ambiental, não havia outro caminho para as empresas senão buscar certificados como as ISO 14000 e mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL).

No mesmo ano da Rio-92 já era possível observar resultados dessas mudanças em muitos locais, como o próprio Rio do Peixe, agora com águas praticamente cristalinas. Para incentivar as ações das empresas, a Editora Expressão criou, na esteira da Rio-92, o Prêmio Expressão de Ecologia, certificado mais tarde como o principal do país no segmento, pelo Ministério do Meio Ambiente. Afinal, apesar dos altos investimentos ambientais das companhias, uma pesquisa no Rio Grande do Sul mostrava que para os gaúchos a ganância dos empresários era uma das grandes vilãs da natureza.

Faturamento, empregos, impostos, numa região com forte tradição extrativista, como a Região Sul, que justificaram por longo tempo a barbárie ambiental, perderam peso na balança. Mas os governos, se por um lado multavam as empresas recalcitrantes, não faziam sua lição de casa: esgotos sem saneamento e lixões ao ar livre espalhavam-se por todo o território brasileiro.

As ONGs tornaram-se mais profissionais e técnicas e menos “xiitas” e passionais e muitas passaram a prestar serviços ambientais às empresas, que precisavam de serviços técnicos e eram suas inimigas viscerais.

### > **CAPÍTULO III: Começa a era da gestão ambiental**

Com a ISO 14000 o compromisso das empresas é com uma gestão ambiental total: aprimorar o processo de produção, consumir menos matéria-prima, água e energia; tratar os resíduos gerados, reaproveitar esses resíduos e interagir com a comunidade. Algumas empresas começaram do zero projetos com essa filosofia, como a unidade da cerâmica Eliane em Criciúma, montada com tecnologia avançada, em 1966, que reutilizava 99% da água e reutilizava 60% dos resíduos sólidos. O novo abatedouro de aves da Coopercentral tornou-se um dos mais modernos do país, reutilizando água, transformando resíduos sólidos em ração e com redução de 25% no consumo de energia.

Com a difusão das tecnologias de produção mais limpa as indústrias tiveram a opção de adotar práticas ambientais mais racionais e de menor custo. Porém algumas indústrias depositavam resíduos perigosos em lixões municipais. Mas no final dos anos 90 surgiram associações como a Fundação Bento-gonçalves Pró Ambiente, que reuniu 50 associadas, que inaugurou central específica para esses resíduos. O Ministério Público de Santa Catarina atuou rigorosamente contra os lixões municipais. Várias iniciativas públicas conseguiram diminuir o uso de agrotóxicos e dos lixões municipais a céu aberto.

No entanto era preciso convencer funcionários para a mudança de hábitos e a comunidade a reciclar o lixo, por exemplo. A educação ambiental tornou-se uma prática fundamental para as iniciativas alcançarem êxito. As empresas passaram a investir em programas nas escolas, na formação dos professores e profissionais em meio ambiente. Em 2002, o Clube da Árvore, da Souza Cruz, completou 20 anos, beneficiando 1.800 escolas públicas e cerca de 70 mil alunos, que plantaram mais de 400 mil mudas em suas comunidades.

O Boticário criou uma fundação altamente profissional para atuar na área. Alguns dos melhores projetos de proteção de áreas ambientais, formação de profissionais, proteção de animais e das florestas de araucária, especialmente no Paraná, são criados e monitorados pela empresa. A proliferação das ações de companhias e ONGs fez crescer a vigilância e a participação da comunidade e os agentes envolvidos nessas redes se profissionalizaram. Ao mesmo tempo as empresas passaram a investir em Reservas Particulares de Patrimônio Natural. Uma delas, a Reserva Natural de Salto Morato, no Paraná, criada pela Fundação O Boticário, foi reconhecida pela Unesco como patrimônio natural da humanidade.

Grandes empresas de papel e celulose, como Klabin, Irani e Rigesa, passaram a investir em manejo florestal, conquistando rigorosos certificados e na profissionalização e em melhores condições de vida de seus pequenos produtores. A Klabin estabeleceu um padrão mundial para checar se o manejo é ambientalmente adequado, socialmente benéfico e economicamente viável.

## > **CAPÍTULO IV: Recuperando o maligno passivo ambiental**

Em muitos lugares o maligno passivo ambiental começava a ser combatido, como os dejetos suínos de centenas de pequenas propriedades privadas, fornecedores de grandes agroindústrias, que ameaçam os lençóis freáticos de Santa Catarina. As agros investiram em programas educativos para os produtores e ajudaram na obtenção de crédito barato para a construção de esterqueiras. As empresas, principalmente as carboníferas, passaram a investir em recuperação de áreas degradadas.

A legislação passou a ser bem mais rigorosa com hidrelétricas, que além de cumprirem as leis passaram a investir em parques ambientais, monitoramento de peixes e animais e projetos de apoio às comunidades carentes do entorno, como acontece com o Parque Nacional do Iguaçu. Elas iam além dos ajustes de conduta exigidos legalmente. A Bosch conquistou o Prêmio Expressão com a criação de sistemas que reduzem a emissão de poluentes de veículos pesados e mais tarde ajudaria a criar o motor flex nos automóveis, muito menos poluidores que os que usam apenas gasolina. O etanol promete uma nova revolução verde.

A economia verde começava a emergir, gerando empregos. Os programas de reciclagem ganharam peso com apoio de indústrias que geravam esses resíduos. O Brasil

tem a maior taxa de reciclagem de latas de alumínio do mundo. Papéis reciclados ganharam status no mercado. Muitas prefeituras passaram a investir em programas ambientais, outras conseguiram solucionar a disposição final do lixo urbano com centrais especializadas e apoio à reciclagem.

Vários projetos de crédito de carbono, idealizados na Conferência de Kyoto, começaram a pipocar no país. Uma área de proteção ambiental às baleias foi criada em Santa Catarina e os cetáceos voltaram a frequentar as águas do Sul, transformando-se em atração turística.

Mas se os rios deixaram de receber soda cáustica, dejetos suínos, carcaças, corantes e outros resíduos malignos das indústrias, o poder público não fez sua parte e a questão do saneamento segue patinando. Mesmo sendo um país privilegiado em recursos hídricos, a água pode tornar-se escassa para consumo humano em função da degradação ambiental. Começaram a surgir centenas de comitês de bacias de rios em todo o país. Um terço dos 88 comitês do país, em 2003, ficava na Região Sul, alguns preparados para iniciar a cobrança pelo uso das águas pelas indústrias.

O saneamento, a economia verde, as cidades sustentáveis, assim como as mudanças climáticas que causaram seguidas catástrofes na Região Sul e em todo o planeta deverão ser alguns temas principais da Conferência de Meio Ambiente, a Rio + 20, que acontecerá em junho na capital fluminense.

O Livro Verde do Sul ouvirá especialistas, ambientalistas, empresários, ONGs e políticos sobre os rumos ambientais da Região Sul.

## > **CAPÍTULO V: Personalidades Ambientais**

Em alguns anos o Prêmio Expressão de Ecologia concede o troféu de Personalidade Ambiental para quem se destaca em defesa do meio ambiente na Região. Os primeiros troféus foram para ambientalistas como José Lutzemberger e Magda Renner, que lideraram os primeiros ecologistas contra a poluição e mobilizaram comunidades.

Depois alguns empresários foram premiados, como Udo Döhler, que sempre acompanhou o desenvolvimento do debate ambiental nas indústrias alemãs e esteve na

vanguarda das mudanças ambientais em Joinville. Carlos Odebrecht, criador da Câmara Ambiental da Fiesc e defensor do Rio do Testo, nas vizinhanças de Blumenau, onda nadava em sua infância. Carlos Schneider, que comprou terras em torno das nascentes do Rio Quiriri para proteger a água que abastece Joinville. Wander Weege, que sempre buscou tecnologia ambiental de ponta e criou o Parque Malwee, uma exuberante reserva natural de 1,5 milhão de metros quadrados em Santa Catarina. Considerado o sucessor do lendário padre Raulino Reitz na documentação da flora catarinense, o biólogo, mestre em botânica, doutor em biologia vegetal e professor da UFSC, Ademir Reis, já publicou 23 livros sobre o assunto e um de seus últimos trabalhos foi salvar uma espécie de bromélia catarinense da extinção. Bruno Hering, considerado o pioneiro do reflorestamento brasileiro, mas também por ser um homem à frente de seu tempo no amparo cultural e social aos seus funcionários. Aury Bodanese, criador do cooperativismo catarinense, nos anos 60, já tinha conceitos de desenvolvimento sustentável quando o termo ainda não existia e recomendava aos cooperados que não desmatassem e tivessem cuidado com a água.

## **CAPÍTULO VI: Cases ganhadores**

Vinte anos de cases ganhadores mostram a trajetória da evolução do desenvolvimento sustentável na Região Sul. Desde as primeiras estações de tratamento de efluentes até projetos sofisticados que envolvem mais de uma dezena de empresas, todo o ciclo da produção, centenas de pessoas.

## 2. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS

**Tiragem:** 5 mil exemplares

**Formato:** 23 cm X 28 cm

**Páginas:** 176 + guardas + 4 capas

**Capa dura:** revestimento em cuchê 180 g

**Acabamento:** laminação fosca na capa, miolo costurado e com verniz de proteção.

## 3. DISTRIBUIÇÃO E DIVULGAÇÃO

O Livro Verde do Sul será distribuído em junho de 2012 na Conferência de Meio Ambiente da ONU, a **Rio + 20**. E também no **Fórum de Gestão Sustentável**, na Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina – Fiesc, em agosto do próximo ano, quando o Prêmio Expressão de Ecologia completará 20 anos. Na oportunidade, os patrocinadores do livro terão destaque especial.

A obra também será distribuída para um **mailing de 2 mil** nomes da Editora Expressão, que inclui empresas, ONGs, ministérios, secretarias de estado, lideranças políticas, ambientalistas, órgãos e entidades ambientais, federações de indústrias, CNI e universidades. Ele será vendido também em livrarias e pelo site da editora. A versão eletrônica do livro ficará exposta no site da Editora Expressão e divulgada nas newsletters de sustentabilidade.

## 4. CONTRAPARTIDAS E CUSTOS

As empresas poderão participar na forma de **informes ambientais**, de uma ou duas páginas, narrando sua trajetória sustentável e seus cases ambientais de sucesso, ao custo de **R\$ 16.500,00** (uma página) e **R\$ 22.000,00** (duas páginas). Além da(s) página(s), o patrocinador terá direito à exibição de sua **logomarca na folha de rosto** do livro. Os patrocinadores também serão ouvidos no último capítulo, sobre os caminhos ambientais que a Região Sul deve seguir rumo ao desenvolvimento sustentável. O patrocinador de duas páginas receberá **50 exemplares** do Livro Verde do Sul e o de uma página receberá **30 exemplares**.



Av. Rio Branco, 380 – Sala 608 – Edifício Barra Sul – Centro

CEP: 88015-200 – Florianópolis (SC)

Fone: (48) 3222-9000

[www.expressao.com.br](http://www.expressao.com.br)